

Título: Condicionantes Favoráveis à inserção da China no Mercado Global: diferenças marcantes que invalidam uma construção paradigmática para o século XXI.

Resumo

Este trabalho tem o intuito de verificar as condições de inserção chinesa no mercado global. A verificação destas condições sugere que a China defrontou-se com um ambiente externo e interno propício e favorável, fazendo com que seu processo de inserção seja peculiar frente aos demais países em desenvolvimento.

Assim sendo, rechaça-se a possibilidade da experiência chinesa tornar-se paradigmática para os países que buscam uma inserção externa dotada de indicadores econômicos de sucesso. Ou seja, o exemplo chinês, composto por suas reformas internas e seu ambiente externo impossibilita a adoção de seu caso como exemplo a ser seguido. Ademais, vale destacar, seu sistema político não se aproxima de qualquer outro país em vias de desenvolvimento, o que cria um novo entrave à concepção paradigmática.

Para alcançar seus objetivos o estudo realiza, primeiramente, uma verificação do ambiente externo no período pós-grande reforma chinesa no intuito de argumentar que a China teve condições favoráveis à sua inserção no mercado global. Posteriormente, o trabalho descreve as principais reformas internas realizadas pelo governo chinês na criação das condições que possibilitaram à China o salto quantitativo e qualitativo que a tornou um grande player global na economia política internacional. Por fim, o estudo identifica como as políticas interna e externa heterodoxas chinesas, que se contrapõem às políticas determinadas pelo *mainstream* norte-americano, propiciaram a possibilidade de investimentos na montagem de uma infra-estrutura que diferencia a China dos principais países emergentes.

Frente a esta análise, é possível identificar o resultado parcial obtido pela China, em termos de indicadores sócio-econômicos e desqualificar o argumento de que a China seja um exemplo a ser seguido pelos demais países em desenvolvimento, evitando a construção de um paradigma de bases errôneas.

Alexandre César Cunha Leite.

Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –

Professor do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH.

Diretor da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Centro Universitário UNA.

Endereço:

Residencial: Rua Silvio de Oliveira Martins 157 apto 302, bairro Buritis. Belo Horizonte – Minas Gerais. CEP 30575-150. Telefone: 031-33771348/031-86447517.

E-mail: cunha.bhz@terra.com.br – acesar@unibh.br – alexandre.leite@una.br.

UNI-BH: Av. Prof. Mário Werneck, 1685 - bairro Estoril - CEP: 30455-610 Belo Horizonte – Minas Gerais. Telefone: 031-33787780.

UNA: Av. Raja Gabaglia, 3950. Bairro Estoril. CEP 30350-540 Belo Horizonte – Minas Gerais. Telefone: 031-32908816

Sylvia Ferreira Marques.

Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – **Professora do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNI-BH.**

Endereço:

Residencial: Av. Marquês de Valença, 214 apto 501, bairro Gutierrez. Belo Horizonte - Minas Gerais. CEP 30.430.-250. Telefone: 31 3293-7895/ 31 9294-0234.

E-mail: smarques@acad.unibh.br – sylviafmarques@yahoo.com.br

UNI-BH: Av. Prof. Mário Werneck, 1685 - bairro Estoril - CEP: 30455-610 Belo Horizonte – Minas Gerais. Telefone: 031-33787780.

Seção Temática: Economia Política Internacional.

INTRODUÇÃO

A fundação da República Popular da China, no dia 1º de outubro de 1949, buscava, sob a tutela de Mao Zedong e seguindo a orientação comunista, a criação de uma nova estrutura social, política e econômica. A esta época, a China não dispunha dos elementos básicos para implementar e, num segundo momento, sustentar um processo de modernização que a transformasse em uma potência global.¹ Inexistiam na China, antes de instaurado o novo regime, disponibilidade de capital², havia excedente de mão-de-obra, porém com baixa qualificação e dispersa em um território de dimensões continentais e sua base produtiva era intensiva em trabalho (com as características supracitadas) e com baixo coeficiente de produtividade³. Uma elevada parcela da população estava diretamente ligada a uma economia de subsistência. O país apresentava desenvolvimento industrial irrisório, estava arruinado por uma inflação descontrolada e pelo caos econômico; a população iletrada enfrentava o desemprego e o empobrecimento.

O novo regime procurou transformar a sociedade e a economia com a socialização dos bens básicos: a terra e a indústria. Eliminada a propriedade privada dos meios de produção, o objetivo seguinte foi o desenvolvimento produtivo e a industrialização, contando, inicialmente, com o uso de recursos internos.

Nos três primeiros anos de governo, a ordem política e econômica foi estabilizada, a inflação foi controlada e a produção industrial foi restaurada ao nível existente antes da revolução. As principais indústrias foram nacionalizadas, empresas estrangeiras foram confiscadas e empresas privadas eliminadas gradualmente na medida em que o controle do Estado sobre a economia aumentava. A reforma agrária também foi objetivo essencial buscado pelo novo regime para resolver o sério problema de abastecimento alimentar.

No período em que o partido comunista esteve sob o comando de Mao Zedong, a política recebeu prioridade sobre a economia. Toda atividade na China era definida politicamente em termos “marxistas”. Em 1958, Mao Zedong abandonou o modelo de desenvolvimento soviético e introduziu um plano que buscava, ao mesmo tempo, a

¹ A idéia de potência global, presente em alguns autores, pode ser entendida também como um postulante à nova potência mundial ou um novo *global player* com *capabilities* suficientes para enfrentar os antigos jogadores do cenário político-econômico mundial.

² Este processo, como demonstra a boa teoria econômica, deve ser precedido de um planejamento que vislumbre um processo de acumulação primitiva de capital.

³ O Coeficiente de produtividade é definido pela relação capital investido por unidade de trabalhador.

industrialização e a coletivização, conhecido como o Grande Salto à Frente (GSF). Mas, o plano estatal foi um desastre econômico. Além da falta de habilidade administrativa, a retirada de técnicos soviéticos do território chinês e os fracassos consecutivos na colheita de grãos pioraram a situação: a fome generalizou-se pelo país.

A partir de então, duas correntes de pensamento podem ser identificadas dentro do Partido Comunista Chinês (PCC): os radicais ou maoístas (esquerdistas) e os moderados (direitistas). Os radicais eram altamente apegados à ideologia marxista-leninista e pregavam um modelo de massa, um governo voltado para o povo, isto é, o igualitarismo e o fim da exploração das massas. A linha moderada enfatizava o planejamento estatal, a liderança burocrática e o desenvolvimento de habilidades e especializações necessárias para o avanço chinês. Os moderados eram mais pragmáticos e não apresentavam a ideologia fervorosa dos maoístas.

Após o fiasco do GSF os moderados assumiram o poder. Contudo, insatisfeito com o elitismo burocrático Mao Zedong iniciou um novo movimento político, a Revolução Cultural⁴. Ele estava decidido a erradicar o elitismo burocrático e acusava os dirigentes do PCC de afastamento ideológico, assim como acreditava que os soviéticos haviam feito, adotando um caminho capitalista e destruindo a revolução comunista. Mao Zedong com o apoio ativo da juventude chinesa incitava o ataque e destruição daqueles culpados de *elitismo egoísta*, na tentativa de colocar a revolução de volta aos eixos. A revolta estava pautada na teoria maoísta de “revolução permanente”, ou seja, na luta de classe contínua contra a exploração e no uso de violência revolucionária para eliminar os inimigos da revolução e impedir um retrocesso na direção do capitalismo.

A violência política levou a uma dilaceração da economia: queda da produção, escassez e inflação. Mas no longo prazo, no entanto, educação, ciência e tecnologia sofreram os piores estragos. A dilaceração da educação superior chinesa, segundo Medeiros (1999) provavelmente retardou o desenvolvimento econômico da China em mais de uma década. Apesar ter sido gradualmente atenuada desde o início dos anos 70, foi preciso uma década para que a Revolução Cultural fosse totalmente abandonada. Na verdade, ela só teve fim com a morte de Mao Zedong em 1976. A partir de então, a sociedade chinesa se reorganizou sob os comandos de Deng Xiaoping e de outros moderados.

⁴ A Revolução Cultural teve início em 1966 e durou uma década. Esse movimento foi, na verdade, uma luta de poder dentro do PCC e buscava a fidelidade aos valores marxista-leninistas.

Em 1978, a China iniciou seu processo de reformas econômicas assentadas em um processo de descentralização das decisões econômicas. Deng Xiaoping objetivava legitimar o Partido Comunista Chinês (PCCh), que se encontrava abalado após as tentativas de reformas feitas durante o período compreendido entre a condução de Mao Zedong até a transição para a transformação de Xiaoping.

AS TESES SOBRE A SUSTENTABILIDADE DO MODELO CHINÊS.

O modelo de desenvolvimento chinês vem sendo analisado exaustivamente, principalmente após a reforma econômica iniciada em 1978 com Deng Xiaoping. Durante a década de 80, as reformas foram implantadas em termos graduais, tendo como foco a gestão harmônica entre as forças de mercado e a existência da planificação de origem estatal.

Pode-se afirmar que foram privilegiados dois setores, a saber: o setor agrícola, passando por uma reforma na distribuição das terras e na modernização do processo de produção e o setor industrial, concentrado nas reformas da gestão das empresas públicas, e posterior privatização de algumas destas empresas e o concomitante lançamento das TVE's – pequenas e médias empresas que possuem gerenciamento local.

Na década de 90, a base do crescimento da economia chinesa encontra diferenças quando comparada com a transformação imposta na década anterior. Em um primeiro momento, cabe destacar que sua base de sustentação econômica tem fundamento no volume de investimentos efetivos em estrutura (sejam investimentos estrangeiros sejam investimentos públicos nacionais) e na elevação constante do coeficiente de exportação do país⁵.

Uma particularidade do caso chinês, que pode facilmente ser observada na análise dos dados divulgados por Instituições Internacionais⁶, é que os resultados positivos das exportações têm elevada correlação com a presença de capital estrangeiro naquele país. A participação de empresas chinesas, perante os dados de empresas de capital estrangeiro, é secundária, quando dispostos em ordem de importância.

⁵ Os investimentos totais realizados na China chegaram, no período de 2000 a 2004, ao nível de 45 % do PIB. Os dados de comércio exterior podem ser visualizados na tabela 1.

⁶ Tais dados podem ser encontrados nos sites: www.imf.org, www.china.org.cn e www.worldbank.com.

Dáí surge uma variável de relevância que será posteriormente avaliada, a saber: o processo de inserção internacional da China.

Cabe destacar que o crescimento observado nos últimos dez anos, além da base de sustentação supracitada, tem como característica a super-utilização dos fatores de produção disponíveis, com notável evolução de dois dados relevantes: a evolução do capital humano e a melhoria nos níveis educacionais e de qualificação de mão-de-obra⁷.

Quando se verifica o arcabouço teórico que sustenta as análises do sucesso chinês, chega-se a três grandes grupos de analistas.

Um primeiro grupo de autores, atualmente capitaneado por Stiglitz e Singh⁸, que poderiam, seguindo um critério de linha de pensamento, serem denominados de institucionalistas, argumentam que a atual posição chinesa deve-se, sobretudo, a um sistema gradual, planejado e contínuo de reformas que transmutaram suas instituições em fator decisivo para seu “salto para frente”. O argumento sustenta-se na idéia de que a China realizou um processo planejado de adaptação das inovações institucionais à sua peculiaridade histórico-político. Tal argumentação enfatiza a presença e o importante papel de coordenação e planejamento exercido pelo PCCh. Sem a existência deste, a hierarquização e posterior, coordenação das ações planejadas para o desenvolvimento chinês seria inviáveis, principalmente, frente ao ambiente internacional de elevada concorrência entre os principais *players* globais.

Já autores mais ortodoxos⁹, que avaliam o crescimento de economias menos desenvolvidas sustentam o argumento de que as condições internas chinesas eram favoráveis a um crescimento elevado. Isto se deve a tendência natural de crescimento de uma economia com baixo nível de renda, com excedente de mão-de-obra, especialmente no meio rural e distribuída de maneira desigual ao longo de seu território. Economias com estas características, quando submetidas a um choque de acumulação de capital, tendem a apresentar um ritmo de crescimento ascendente com inclinação superior às demais economias que já se encontravam em fases posteriores do processo de desenvolvimento. Na década de 60 do século XX, uma seqüência de modelos de

⁷ Neves (2006). Deve-se considerar que alguns modelos econômicos que visam explicar o crescimento das economias de países em desenvolvimento destacam que investimentos em infra-estrutura e educação, esta última vista de formas diferenciadas, são premissas para a passagem (ou take off) a novas fases de desenvolvimento econômico.

⁸ Estes autores seguem um argumento sustentado na existência de um mercado de informações imperfeitas, incerteza e custos de transação (Ronald Coase). Para o caso da China, o ponto a ser acrescentado é a necessidade de se completar o processo de reforma de mercado iniciado nos anos 80.

⁹ Basicamente, estão contidos neste segundo grupo, autores ligados aos FMI e ao Banco Mundial, com argumento baseado na liberalização dos mercados.

crescimento/desenvolvimento de origem ortodoxa teve exposição (acho que esta expressão pode ser melhor) no meio acadêmico. Modelos como o proposto por Solow, Shaw, Mankiw¹⁰, entre outros, demonstravam que alteração em qualquer estrutural na economia destes países causaria uma alteração na inclinação das suas curvas de crescimento, colocando-os em uma nova posição entre os demais países em desenvolvimento.

Por fim, mas não menos importante, cabe citar determinados autores que podem ser denominados de internacionalistas. Estes preferem analisar o processo de crescimento chinês e, sua posterior inserção na economia globalizada, por intermédio da sua posição como um importante *locus geopolítico* mundial. Segundo estes autores, a transformação chinesa deve-se à três vetores, todos ligados a uma posição estratégica dos EUA para enfraquecer seus potenciais competidores pelo poder, seja político, seja econômico, no cenário mundial¹¹: a estratégia de isolamento da ex-URSS como forma de reduzir a zona de influência do socialismo, a transformação da China em um novo pólo produtor na Ásia, fazendo com que o Japão encontrasse um concorrente comercial regional e, por último, a estratégia da China em construir um sistema forte que desse sustentação à posição soberana do Estado, possibilitando assim uma estratégia planejada de condução da população e do seu território com fins explícitos de atingir níveis superiores de desenvolvimento econômico.

OS FATORES INTERNOS QUE SUSTENTAM O CRESCIMENTO CHINÊS

Os dados recentes da economia chinesa são surpreendentes. Sua economia apresentou uma taxa média de crescimento no período 1978 a 2004 de 9,5% ao ano. Seus dados de comércio externo são ainda mais impressionantes: neste mesmo período, seu fluxo de comércio externo cresceu 30 vezes. Em termos de volume do fluxo de comércio, a China obteve no ano de 1978 o montante de U\$ 20,6 bilhões como resultado. Em 2003, o valor passou para U\$ 851,2 bilhões, em 2005 este valor chegou a U\$ 1422,1 bilhões, ocupando na atualidade o 5º posto no mundo¹². A evolução do comércio exterior chinês consta da tabela que segue.

¹⁰ Para citar os mais importantes e de publicações de modelos que levam seus nomes. Mas deve-se deixar claro que existe uma infinidade de outros autores com modelos que seguem a mesma corrente teórica.

¹¹ Medeiros (2000).

¹² Fonte: IMF (2006).

Tabela 1 – Evolução do Comércio Exterior Chinês

**Evolução do Volume de Comércio Exterior
Chinês (Exportação + Importação)**

Bilhões de U\$

Ano	Montante
1978	20,6
1985	69,6
1990	115,4
2000	474,3
2001	509,7
2002	620,0
2003	851,2
2004	1154,8
2005	1422,1

Fonte: www.china.org.cn (2006).

Para obter estes resultados, a China utiliza habilmente de certos artifícios políticos e econômicos que a transformam, primeiro, em um grande competidor, a ponto de desviar o rumo dos investimentos e das exportações mundiais e, em segundo lugar, em um mercado em expansão que reluz aos olhares estrangeiros. Entretanto, tais subterfúgios, permite que o governo chinês – entenda-se o PCCh – exerça um controle rígido das ações internacionais sobre sua economia.

Dentre estes artifícios, vale destacar:

1) a condução do câmbio: ao estabelecer uma relação cambial desvalorizada frente ao dólar, a China obtém, de maneira artificial deve-se deixar claro, uma vantagem na sua estrutura de custos associada a um ganho de competitividade dos seus produtos no mercado externo.

2) o controle de capitais: tal política torna a China um país diferente diante dos demais países “em desenvolvimento”. A China estipula regras para a entrada de capital estrangeiro, hierarquizando os setores prioritários, o nível da participação das empresas estrangeiras em termos acionários e exercendo um controle da liquidez excedente na economia para que esta não se transforme em uma futura pressão inflacionária;

3) por conta da política citada acima, atualmente, a China possui uma elevada liquidez, o que a permite trabalhar com uma política monetária que estimula os investimentos sem que haja pressão na taxa de juros. A união de um sistema de controle de capitais associada a uma adequada condução de uma política monetária com controle da variação das taxas de juros, vem se mostrando uma boa estratégia para controle do fluxo de capital e estímulo à atividade econômica.

4) a “reforma agrária” chinesa, transformou a China em um país que conseguiu conciliar uma modernização do seu sistema produtivo agrícola com um representativo e coerente processo de transformação do seu setor industrial. Segundo Medeiros (2000) entre os anos de 1983 e 1988 foi ‘excepcional’ o crescimento do setor primário. Neste curto espaço temporal, a China apresentou ao mesmo tempo uma elevada taxa de crescimento do produto agrícola, uma elevada produtividade do trabalho no setor e, complementando o ciclo, uma queda do número de absorções no mercado de trabalho setorial.

5) o investimento chinês sofreu uma alteração significativa de rumo quando migrou de setores com baixa intensidade tecnológica para setores de média e alta tecnologia¹³, o que evidencia que o crescimento chinês tem um marcante componente qualitativo, tendo como objetivo final superar a barreira imposta pela divisão internacional do trabalho.

6) Segundo Ruiz (falta esta referência), a China tem feito investimentos elevados no processo de descentralização regional. O que antes estava restrito ao leste da China, agora passa a ser espreado para as demais regiões, especialmente o oeste chinês. Neste processo tiveram papel de relevância as empresas coletivas de vilas e municípios (EVC) e as empresas exportadoras das Zonas Econômicas Especiais (ZEE).

7) O sistema financeiro chinês ainda reserva uma margem de segurança no que tange ao seu grau de abertura. Este fator influencia o resultado chinês de duas formas: 1) permite ao governo que exerça um controle sobre as atividades do setor financeiro e 2) limita o impacto financeiro da flutuação do mercado de capitais mundial.

Ao verificar as características citadas acima, pode-se concluir que a China, a despeito de ter efetuado um número relevante de reformas, ainda depende de forma significativa do poder intervencionista do seu Estado, especialmente, na figura do PCCh. O limite de sua reforma e seus fatores de dependência serão os temas tratados no próximo tópico.

A VULNERABILIDADE INTERNA DO MODELO CHINÊS

Os dados relativos ao crescimento chinês não deixam dúvidas: a China é um exemplo relevante de um processo de crescimento acelerado em condições internacionais favoráveis, com peculiaridades internas, mas que trazem na mesma

¹³ Entre 1985 e 2000, a proporção de investimentos nos setores de média e alta tecnologia, voltados para a exportação, subiu de 0,8% do investimento total para 9,6%.

esteira uma vulnerabilidade decorrente de diversos pontos de estrangulamentos. Destaca-se aqui quatro pontos que devem ser considerados no que se concerne ao modelo chinês. Em primeiro lugar, deve-se destacar o que aqui denominamos de a insustentável leveza da condução inquestionável do PCCh. Atualmente, pode-se observar que a legitimidade, inquestionável em períodos anteriores, do PCCh, vem sofrendo um contínuo e gradual processo de enfraquecimento. As reformas implementadas na área econômica não tiveram o mesmo ritmo no que tange ao sistema político. A despeito da “liberdade” de existência de outros partidos, observa-se que, segundo palavras de Neves (2006), “o impasse no processo de reformas políticas e a fraca democratização continuam impedindo a existência de canais institucionais de expressão de discordância e discussão das soluções alternativas para problemas estruturais”, o que acaba por caracterizar um ambiente político não condizente com seu processo de evolução econômica.

Ainda, se a China mantiver como objetivo a manutenção do seu nível de crescimento, seu modelo deverá passar por adequações compulsórias. Na atual conjuntura, não se observa na China uma harmonia entre seu modelo econômico e suas conseqüências sociais. Vejamos o que falta ao modelo chinês e a sua organização social.

Com a reforma do setor agrícola, um elevado contingente de mão-de-obra foi tornando-se excedente no campo. Ao mesmo tempo em que a produtividade aumentava, as oportunidades (ou o coeficiente de absorção da força de trabalho) foi-se reduzindo. Este processo tem duas conseqüências imediatas: a migração interna para os grandes centros com tendência a redução dos rendimentos reais e a elevação do desemprego, seja na área urbana seja na área rural. Parte dos investimentos chineses para descentralizar sua atividade econômica tem como intuito minorar esta situação.

O surgimento de uma ‘nova classe média’ vem demandando uma nova estratégia do governo para conduzir de forma pacífica as crescentes tensões sociais em prol de uma nova estrutura política. Este fato, em conjunto com o citado anteriormente, causa uma séria perturbação da ordem, fazendo com que o governo tenha que ter maior agilidade nas respostas.

Isto trás uma nova questão: como o governo irá enfrentar tal situação sem um sistema legal e um estado de direito, sem a abertura a participação de novos atores na arena política e sem um processo de democratização (entenda-se eleições organizadas) nas aldeias rurais? Pior, como atenuar o problema da corrupção?

Para que a China estabeleça-se como uma economia de mercado, é obrigatório que tais compromissos internos sejam contemplados em uma agenda de curto prazo. Tem-se claro que a vigência da atual estrutura do estado chinês, coordenada pelo PCCh, deverá sofrer alterações para se adequar ao ambiente proposto pelo novo rumo da sua economia, que conseqüentemente, afeta de forma indubitável sua organização social.

O segundo ponto a ser ressaltado é a forçosa conciliação do seu crescimento econômico e a geração de problemas ambientais decorrentes do modelo de crescimento extensivo. Pela afirmação acima, pode-se aferir que a China não trabalha com um conceito de desenvolvimento sustentável¹⁴, na forma como este vem sendo amplamente difundido. A Organização Mundial da Saúde divulgou em seu último relatório um dado alarmante para a economia chinesa: dentre as dez cidades mais poluídas do mundo, sete delas são chinesas. Segundo informações obtidas no Instituto de Estudos Estratégicos Internacional, 300 mil chineses morrem prematuramente por ano em decorrência de problemas respiratórios ocasionados pelo nível elevado de poluição do ar. Este não é apenas um problema de saúde para o caso da China, a destruição de recursos naturais, que para o caso em questão não é abundante, causa uma queda na eficiência produtiva e uma dependência de fluxo de insumos externos significativa. Ademais, a China é o segundo maior emissor de gás carbônico atrás apenas dos EUA. Seu déficit de água potável encontra-se entre os maiores do mundo, e pior, aqueles existentes hoje estão sendo com freqüência minados por processos de contaminação oriundos de seu crescimento industrial¹⁵.

Frente à descrição do obstáculo anterior, fica perceptível o terceiro problema enfrentado pela China: conciliar a manutenção da elevada taxa de crescimento econômico com a necessidade de manutenção das expectativas mundiais. A economia chinesa tornou-se nos anos recentes uma base para as expectativas de funcionamento e geração de retornos futuros no mercado mundial. Tal posição faz com que a China entre no rol de economias que tem seus dados analisados para a estruturação das expectativas mundiais.

O último ponto a ser tratado são os condicionantes sociais internos. Com base em algumas informações pode-se montar um esteriótipo da organização social da China.

¹⁴ Veja: (1) BUARQUE, C. **A revolução nas prioridades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994; (2) BRÜSEKE, F. J. O Problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003. p.29-40; e (3) CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. New York: ONU, 1987.

¹⁵ Neves (2006).

A China apresentou no ano de 2004 um índice de Gini¹⁶ no valor de 0,48¹⁷. Realizando a análise do dado acima, 45% do rendimento obtido em atividades econômicas na China estão nas mãos de 10% da sua população. Ao mesmo tempo, a população contida entre os 10% mais pobres detém apenas 1,4% do rendimento total. Ou seja, a China vem apresentando piora relativa nos seus dados de distribuição de renda, que por sua vez, fica ainda pior quando avaliado em termos regionais.

A região costeira da China é a região de maior concentração de rendimento em contraponto ao interior chinês enquanto a mesma relação pode ser obtida para os parâmetros de áreas urbanas e rurais.

O desemprego na China vem crescendo a taxas constantes. O que se observa na China é que o princípio da Lei de Okun – a taxa de crescimento econômico necessária para estabilizar o nível de desemprego – não é efetivo. A China está inserida em um paradoxo: apesar de obter nos últimos 20 anos uma taxa de crescimento média anual na casa de 9,7%, seu nível de desemprego vem apresentando crescimento concomitantemente.

Este problema nos leva a uma segunda suposição: se a taxa de crescimento do produto da China não vem gerando bons resultados em termos da redução do nível de desemprego, como fica o sistema de seguridade social que está sendo criado? Obviamente, deficitário e com tendências crescentes a fragilidade da sua sustentabilidade. Ainda, fica perceptível que a China é um exemplo de país onde o nível de produtividade do trabalho age como inimigo da sociedade. Pois, para que a taxa de desemprego esteja crescendo a despeito de uma elevada taxa de crescimento, o único fator que pode estar indo em direção oposta é a produtividade.

Um outro problema social de fundamentação demográfica é a imensa disparidade entre a população do sexo masculino e feminino, no qual a balança pende para o lado masculino. Por questões culturais, a preferência pelos filhos do sexo masculino tornou a China um país de um único gênero.

Com base nestas informações, percebe-se a China com um elevado número de inconsistências e vulnerabilidades para que ela seja tida como exemplo para as demais economias em desenvolvimento. Ainda, percebe-se a China, caso não sejam realizadas as reformas necessárias, como uma provável causa de uma ruptura da atual situação do mercado mundial.

¹⁶ O índice de Gini (ou Coeficiente de Gini) é uma indicação ou medida de concentração de renda.

¹⁷ Fonte: www.china.org.cn.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cadernos Adenauer VII – *China por toda parte*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, abril, 2006.

CHAI, Joseph C.H., ROY, Kartik C. *Economic Reform in China and Índia*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006.

GUTHRIE, Doug. *China and Globalization: the social, economic, and political transformation of chinese society*. NY-London: Routledge, 2006.

JABBOUR, Elias. *China: Infra-estrutura e crescimento econômico*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

MADDISON, Angus. *Chinese Economic Performance in the Long Run*. Paris: OCDE Center, 1998.

MEDEIROS, Carlos A. China: entre os séculos XX e XXI. In. FIORI, José Luis (org.). *Estados e Moedas no desenvolvimento das nações*. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 2000.

NEVES, Miguel Santos. A China como potência global emergente: vulnerabilidades, tensões e desafios. *Política Externa*, vol15, n. 1, junho-agosto, 2006, p.p. 7-21.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. Tentando compreender a China. *Política Externa*, vol15, n. 1, junho-agosto, 2006, p.p. 23-39.

RUIZ, Ricardo Machado. *Polarizações e Desigualdades: desenvolvimento regional na China – 1949-2000*. Belo Horizonte, Cedeplar. 2006 (texto para discussão).

STORY, Jonathan. *China – A Corrida para o Mercado: o que a transformação da China significa para os negócios, os mercados e a nova ordem mundial*. São Paulo: Editora Futura, 2004.

WINTERS, L. Alan, YUSUF, Shahid. Dancing with giants: *China, Índia and the Global Economy*. Washington: World Bank/Institute of Policy Studies, 2007.

WU, Yanrui. *Economic Growth, Transition and Globalization in China*. Cheltenham: Edward Elgar, 2006.